



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 238/2025

Referência: Processo nº 1.194/2025

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 017, de 08 de outubro de 2025

Autor: Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Complementar nº 017, de 08 de outubro de 2025, que
“Dispõe sobre a criação de função de confiança de Assessor Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências”.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 017/2025, de autoria da Chefe do Poder Executivo Municipal.

A propositura visa criar 10 (dez) funções de confiança de Assessor Pedagógico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. Como medida compensatória financeira, o projeto propõe, em seu Art. 5º, a extinção de 06 (seis) cargos de Professor Técnico-Educacional (40h), atualmente vagos.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Acompanham o projeto a Mensagem do Executivo e o Memorando nº 13.686/2025 da Coordenadoria de Planejamento, contendo o Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro.

É o breve relatório. Passa-se à fundamentação.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico das proposições, bem como sobre a técnica legislativa e a compatibilidade com o ordenamento financeiro vigente.

Após análise minuciosa da documentação acostada, em especial o cruzamento de dados entre o texto da lei e o **Memorando nº 13.686/2025 (Estudo de Impacto)**, identificaram-se inconsistências graves que impedem, neste momento, a emissão de parecer favorável quanto à adequação orçamentária e financeira, exigindo esclarecimentos complementares do Poder Executivo.

1. Da Violação ao Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) – Fonte de Custeio Fictícia

O Projeto alega que o aumento de despesa será compensado pela extinção de cargos vagos (Art. 5º do PLC). Contudo, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, **extinguir cargo vago não gera economia real que suporte nova despesa real.**

Um cargo vago representa apenas uma "expectativa de despesa". Se ele não está ocupado, não há saída de dinheiro do caixa. Portanto, extingui-lo resulta em economia de R\$ 0.00 (zero). Em contrapartida, a criação da função de Assessor Pedagógico gerará uma despesa imediata e efetiva estimada em **R\$ 350.104,27 (trezentos e cinquenta mil, cento e quatro reais e vinte e sete centavos) anuais.**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

A compensação exigida pelo Art. 17, § 1º e § 2º da LRF requer aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa *efetiva*. A proposta no projeto fere o equilíbrio fiscal, pois cria uma obrigação financeira sem a correspondente cobertura real de caixa.

2. Da Insuficiência do Estudo de Impacto (Violação do Art. 16 da LRF)

O próprio órgão técnico do Poder Executivo Municipal (Coordenadoria de Planejamento), no Memorando anexo, alerta que os cálculos apresentados "**não refletem a realidade**". O estudo segundo a coordenadoria é falho pois:

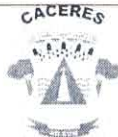
- Não contabilizou as rescisões contratuais de fim de ano;
- Não incluiu o impacto do reajuste do piso do magistério (1,50%);
- Considerou apenas estimativas sem novos chamamentos, contradizendo a própria natureza do projeto que visa nomear novos cargos de confiança.

A aprovação do projeto nestes termos violaria o Art. 16, inciso I da LRF, que exige estimativa de impacto orçamentário-financeiro precisa para o exercício em que entrar em vigor e para os dois seguintes, ferindo ainda o princípio da transparência fiscal.

3. Do Risco ao Equilíbrio Orçamentário (Lei 4.320/64)

O estudo aponta um saldo orçamentário teórico de aproximadamente R\$ 755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais). No entanto, ao subtrair o impacto real das novas funções (R\$ 350 mil) e somar os custos ocultos admitidos pelo próprio setor de planejamento (rescisões e piso salarial), há um risco iminente de que o saldo se torne negativo, violando os artigos 4º e 7º da **Lei Federal nº 4.320/1964**.

Diante do exposto, considerando que é dever desta Comissão zelar pela legalidade estrita e pela responsabilidade fiscal, e considerando que as inconsistências apontadas podem tornar a lei nula de pleno direito, este Relator opina pela **CONVERSÃO**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, determinando-se a devolução do projeto ao Poder Executivo Municipal para que, no prazo regimental, apresente:

1. **Indicação de Fonte Real de Custeio:** O Executivo deve indicar uma medida de compensação financeira efetiva (ex: aumento real de receita ou extinção de despesa *atualmente em execução*), visto que a extinção de cargos vagos não satisfaz o requisito do Art. 17 da LRF.
2. **Novo Estudo de Impacto Orçamentário:** Apresentação de um novo estudo técnico que inclua as variáveis omitidas no anterior (rescisões contratuais, reajustes do piso do magistério e reflexos em férias e 13º salário), projetando o impacto para o exercício atual e os dois seguintes.
3. **Declaração Retificada do Ordenador de Despesa:** Declaração de adequação orçamentária que seja condizente com o novo estudo técnico, sanando a contradição entre o desejo político e a realidade contábil apontada pelo setor de planejamento.

O processo legislativo ficará sobrestado nesta Comissão até o recebimento das informações solicitadas.

III - DA DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **conversão em diligência** do Projeto de Lei Complementar n.º 017, de 08 de outubro de 2025.

Expeça-se ofício à Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, solicitando os documentos solicitados pelo Relator.

Com a resposta, abra-se vistas ao Relator para proferir seu voto.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2025.

MANGA ROSA

PRESIDENTE

PASTOR JÚNIOR

RELATOR

VALDENIRIA DUTRA FERREIRA

MEMBRO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL